

Emergência Climática e Transição

SÓSTENES MARCHEZINE



Transição energética é transição de desenvolvimento

A emergência climática deixou de ser risco futuro: é hoje um desafio simultâneo de desenvolvimento econômico, segurança energética, competitividade e inclusão social.

Desafio multidimensional

Economia, infraestrutura, segurança energética, competitividade, saúde pública e redução das desigualdades.



Papel do Estado

Planejar, regular, induzir, investir, proteger e monitorar, não apenas regular.



Risco estrutural

Nos próximos 10 anos, eventos climáticos extremos lideram os riscos globais.



Da ambição climática à regulamentação: a FPESG e o prazo de dezembro de 2026

FPESG — Frente Parlamentar ESG na Prática

Frente mista lançada no Congresso Nacional, com secretaria executiva do Instituto Global ESG — articula parlamentares, Executivo e sociedade civil para avançar a pauta climática.

Meta climática (NDC)

Redução de 59% a 67% das emissões líquidas de GEE até 2035, em relação a 2005 compromisso do Brasil no Acordo de Paris.

SBCE — Lei nº 15.042/2024

Governo fixou dezembro de 2026 como prazo para concluir a regulamentação; operação plena do mercado de carbono prevista a partir de 2030.

Principais desafios políticos

Definição do escopo setorial (consulta pública, 17 setores em 3 fases) e equilíbrio entre ambição ambiental, segurança jurídica e competitividade.

Frente Parlamentar ESG na Prática

Espaço de articulação institucional e legislativa que conecta o poder público, o setor produtivo e a sociedade civil em torno da agenda ESG, com atuação direta no Congresso Nacional.

Promoção do diálogo

Entre os setores público, privado e civil em torno da agenda ESG



Políticas públicas

Avanço de marcos regulatórios e políticas ESG no Congresso Nacional



Agendas Sustentáveis

Fortalecimento de agendas de desenvolvimento sustentável e governança responsável



Marco Regulatório

Participação ativa na construção do Marco Regulatório ESG



ESG na Prática

O Movimento atua como um catalisador da governança interinstitucional, promovendo a articulação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o setor produtivo e a sociedade civil organizada. Essa estrutura integrativa fomenta a formulação e implementação de políticas públicas alinhadas aos princípios da sustentabilidade, garantindo segurança jurídica e previsibilidade regulatória. Ao consolidar um ambiente normativo, o Movimento viabiliza a convergência de interesses para o desenvolvimento sustentável, respeitando os marcos legais e os deveres institucionais de cada ente envolvido.





OBRIGADO!



Sóstenes Marchezine - Vice Presidente
Natália C. Gomes - Diretora Comercial



61 98450-7552
11 98816-4588



s.marchezine.grupoarnone.com
natalia.gomes@grupoarnone.com



@scompany @grupoarnone @institutoglobal



Av. das Nações Unidas, 12901 – 14º Andar Torre
Oeste– Cidade Monções, São Paulo – SP



10, St. de Habitações Individuais Sul QI 15,
Brasília – DF